

# DESAFIOS DA DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO AGRÁRIA E DESIGUALDADE ALIMENTAR NO BRASIL

## CHALLENGES OF FOOD DISTRIBUTION: AN ANALYSIS OF AGRICULTURAL PRODUCTION AND FOOD INEQUALITY IN BRAZIL

André Silva de Matos<sup>1</sup>  
Erivelton Oliveira Souza<sup>2</sup>

Área Temática 04: Agroecologia, Agricultura Familiar Camponesa e Soberania Alimentar  
Modalidade: Artigo Científico

### Resumo

Este artigo é motivado pelos desafios da distribuição de alimentos no Brasil, um país onde a produção agrária é crucial para a economia e a desigualdade alimentar é uma questão social importante. O estudo examina a divergência entre a elevada produção agrícola brasileira e os altos índices de insegurança alimentar, considerando a complexidade e a diversidade das práticas agrícolas. A metodologia baseia-se em uma revisão bibliográfica sistemática de produções científicas e matérias jornalísticas publicadas entre 2015 e 2023, selecionadas a partir de critérios de relevância e atualidade. Os resultados demonstram que a fome no Brasil não é causada pela escassez de alimentos, mas sim pela desigualdade na distribuição de renda e pela dificuldade financeira de acesso a eles. Como solução potencial, propõe-se o fortalecimento da agricultura familiar através de políticas públicas específicas e investimentos direcionados. Este setor, responsável por grande parte da produção alimentar nacional, pode contribuir significativamente para a segurança alimentar, o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade ambiental.

**Palavras-Chave:** Distribuição de alimentos, Agricultura familiar, Segurança alimentar, Desigualdade alimentar, Políticas públicas

### Abstract

This article is motivated by the challenges of food distribution in Brazil, a country where agricultural production is crucial to the economy and food inequality is an important social issue. The study analyzes the contradiction between Brazil's high agricultural production and high rates of food insecurity, considering the complexity and diversity of agricultural practices. The methodology is based on a systematic bibliographic review of scientific productions and journalistic articles published between 2015 and 2023, selected according to relevance and timeliness criteria. The results show that hunger in Brazil does not stem from lack of food, but rather from poor income distribution and economic inaccessibility to food. As a potential solution, the study proposes strengthening family farming through specific public policies and targeted investments. This sector, responsible for a large portion of national food production, can contribute significantly to food security, socioeconomic development, and environmental sustainability.

**Key words:** Food distribution, Family farming, Food security, Food inequality, Public policies

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Araguatins; andre.matos@estudante.ifto.edu.br

<sup>2</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Araguatins; erivelton.souza2@estudante.ifto.edu.br

## 1. Introdução

O Brasil apresenta um paradoxo significativo no que concerne à distribuição de alimentos, apesar de ser um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo, o país enfrenta níveis alarmantes de insegurança alimentar. Essa contradição exige uma investigação detalhada dos elementos estruturais que perpetuam essa disparidade no acesso aos alimentos, abrangendo tanto as dimensões da produção quanto da distribuição.

A alimentação, sendo um direito fundamental do ser humano, implica na necessidade de um sistema que assegure a soberania alimentar (Silva & Monteiro, 2023). Enquanto a segurança alimentar se concentra em assegurar que a população vulnerável tenha acesso a alimentos essenciais para sua sobrevivência, mesmo que esses não possuam alto valor nutricional, a soberania alimentar vai além, ao reivindicar o direito das comunidades de definirem suas próprias estratégias e políticas alimentares, valorizando as tradições culturais locais e incentivando práticas sustentáveis de produção (Silva & Monteiro, 2023).

Este estudo tem como objetivo analisar os desafios da distribuição de alimentos no Brasil, discutindo as contradições entre a alta produção agrícola e a desigualdade alimentar, e avaliar o papel da agricultura familiar como alternativa para a segurança alimentar.

## 2. Metodologia

Esta pesquisa foi conduzida através de uma revisão bibliográfica sistemática, que buscou integrar conhecimentos de diversas áreas relacionadas à segurança alimentar, produção agrícola e desigualdade social no Brasil. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a revisão de literatura é uma etapa fundamental da pesquisa científica, pois coloca o pesquisador em contato direto com as fontes de conhecimento existentes sobre um determinado tema. O objetivo não é apenas reproduzir ou repetir o que já foi dito, mas sim analisar criticamente as informações disponíveis, interpretando-as e buscando novas perspectivas. Dessa forma, a revisão bibliográfica permite que o pesquisador compreenda o assunto sob diferentes enfoques, contribuindo para a construção de um conhecimento mais aprofundado e inovador. O processo metodológico seguiu as seguintes etapas:

1. **Definição dos critérios de busca e seleção:** Foram utilizadas as palavras-chave "segurança alimentar", "fome no Brasil", "agricultura familiar", "produção agrária" e "desigualdade alimentar" nas bases de dados SciELO, CAPES e Google Scholar.

2. **Período de análise:** Foram priorizadas pesquisas publicadas no período de 2015 a 2023, exceto por trabalhos fundamentais como os de Josué de Castro (1946), incluídos devido à sua importância histórica e teórica.

3. **Critérios de inclusão e exclusão:** Foram incluídos artigos científicos revisados por pares, relatórios de organizações nacionais e internacionais, e matérias jornalísticas de fontes confiáveis. Excluíram-se textos de opinião sem fundamentação empírica.

4. **Análise e síntese:** Os textos selecionados foram analisados criticamente, buscando identificar convergências e divergências entre os autores, estabelecer relações entre os diversos fatores que impactam a segurança alimentar no Brasil, e extrair conclusões fundamentadas para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

Esta abordagem metodológica permitiu uma visão abrangente e multidisciplinar dos desafios da distribuição de alimentos no Brasil, facilitando a identificação dos principais obstáculos e potenciais soluções para o problema da insegurança alimentars

### 3. Resultados/Discussões

#### 3.1 Segurança alimentar e produtividade agrícola

A soberania alimentar é conceituada como a autonomia das populações em definir políticas e modelos sustentáveis próprios para o sistema alimentar, abrangendo produção, distribuição e consumo (Monteiro; Soares, 2023). Este conceito vai além da simples garantia de acesso aos alimentos, enfatizando o poder de decisão das comunidades sobre seus sistemas alimentares e o respeito às culturas locais (Silva & Monteiro, 2023).

No contexto global, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabeleceu como um de seus objetivos (ODS 2) a erradicação da fome e a promoção da agricultura sustentável. As metas 2.1 e 2.2 do ODS 2 destacam o compromisso de erradicar a fome e a má nutrição, garantindo o "[...] acesso durante todo o ano a alimentos adequados, seguros e

nutricionalmente balanceados" (ONU, 2015, n.p.) para toda a população, com enfoque prioritário nos grupos mais vulneráveis.

Em termos de capacidade produtiva, o Brasil possui uma expressiva extensão territorial dedicada à agropecuária. Conforme dados do MapBiomas citados por Monti, Ribeiro e Pereira (2022), o país conta com 263 milhões de hectares destinados a esta atividade, sendo dois terços desta área utilizados para a produção de commodities agrícolas. Esta configuração coloca o Brasil como o segundo maior exportador mundial destes produtos. Projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) indicam que a área de cultivo de grãos deve aumentar em 17% até 2030, passando de 65 milhões para 76 milhões de hectares.

Contudo, apesar desta vasta capacidade produtiva, dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar revelam uma realidade preocupante: em dezembro de 2020, mais da metade da população brasileira (aproximadamente 117 milhões de pessoas) enfrentava algum grau de insegurança alimentar, sendo que 19,1 milhões (9% da população) vivenciavam situação de fome (Monti, Ribeiro & Pereira, 2022). Esses dados revelam a discrepância entre o potencial produtivo do país e a concretização do direito humano à alimentação adequada.

### 3.2 Abundância e escassez: o paradoxo alimentar brasileiro

O contraste entre a vasta produção de alimentos e os altos índices de fome no Brasil configura um paradoxo alarmante. Em 2021, segundo Piccolotto (2022), o Brasil gerou alimentos em quantidade suficiente para alimentar 1,6 bilhão de pessoas, e a indústria de alimentos alcançou um faturamento de R\$ 922,6 bilhões, o que corresponde a um aumento de 16,9% em comparação ao ano anterior. Contudo, ao mesmo tempo, 33,1 milhões de brasileiros, ou 15,5% da população, enfrentavam situação de grave insegurança alimentar.

Esta contradição reforça a tese de que a fome no Brasil não decorre da escassez de alimentos ou de problemas logísticos de distribuição, mas sim da inacessibilidade econômica. Como argumentam Jesus e Hoffmann (2023), o principal problema é que parcelas significativas da população não conseguem obter alimentos em quantidade suficiente devido à insuficiência de renda para adquiri-los.

Esta análise tem fundamentação histórica nos estudos inovadores de Josué de Castro, que desde 1946 demonstrava que o problema da fome não decorria da escassez de alimentos ou do crescimento populacional, mas sim da desigual distribuição de recursos (CASTRO, 1946). O autor evidenciava que a concentração de recursos nas mãos de poucos constituía o verdadeiro problema estrutural por trás da fome (Castro, 1946).

Um exemplo contemporâneo que ilustra esta desconexão entre disponibilidade e acesso aos alimentos é a crise humanitária enfrentada pelo povo Yanomami. Jesus e Hoffmann (2023) destacam que estas comunidades indígenas não estavam padecendo por falta de alimentos no território brasileiro, mas sim por não terem acesso aos alimentos produzidos no país, uma vez que não participam da economia de mercado que regula a distribuição destes recursos. Além disso, a ação predatória de garimpeiros ilegais destruiu suas fontes tradicionais de subsistência, incluindo água potável e áreas de cultivo.

Esses exemplos mostram que a fome no Brasil está profundamente conectada a desafios estruturais, como a desigualdade social, a concentração de renda e de terras, além das deficiências nas políticas públicas voltadas para a inclusão socioeconômica e a proteção das comunidades tradicionais.

### 3.3 O papel da agricultura familiar na segurança alimentar brasileira

A agricultura familiar representa um setor estratégico para o enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil. Apesar de ocupar apenas 23% do território agrícola nacional (IBGE, 2019), este segmento é responsável pela maior parte dos alimentos que compõem a dieta básica do brasileiro.

Segundo Ferreira (2023), além de sua contribuição fundamental para a produção de alimentos, a agricultura familiar constitui um dos setores que mais geram empregos no meio rural brasileiro. Veiga (1996) já destacava que este modelo produtivo representa uma excelente estratégia de ocupação do espaço rural, atendendo simultaneamente a demandas sociais (como geração de empregos e renda) e ambientais (preservação da biodiversidade e dos recursos naturais).

Diferentemente do agronegócio exportador, que prioriza a produção de commodities para o mercado internacional, a agricultura familiar tende a direcionar sua produção para o

abastecimento do mercado interno, contribuindo diretamente para a segurança alimentar da população brasileira. Além disso, estudos indicam que este modelo produtivo frequentemente adota práticas mais sustentáveis, como a diversificação de cultivos, o menor uso de agrotóxicos e a preservação de sementes crioulas (Maciel, Troian & Oliveira, 2022).

Experiências bem-sucedidas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), demonstraram a eficácia de ações governamentais que articulam o fomento à agricultura familiar com estratégias de segurança alimentar. Através destes programas, o Estado adquire alimentos diretamente de agricultores familiares para abastecer equipamentos públicos como escolas, hospitais e restaurantes populares, beneficiando tanto os produtores quanto os consumidores (Grisa & Porto, 2015).

No município de Chapecó, Santa Catarina, por exemplo, a integração entre cooperativas de agricultura familiar e o PNAE resultou na melhoria da qualidade da alimentação escolar, com aumento do consumo de frutas, verduras e alimentos frescos, ao mesmo tempo em que fortaleceu economicamente os produtores locais (Assis, Priori & Franceschini, 2019).

O desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização, como feiras livres e grupos de consumo responsável, também têm demonstrado resultados positivos na aproximação entre produtores familiares e consumidores urbanos. Estas iniciativas não apenas reduzem os custos de intermediação, ampliando o acesso a alimentos saudáveis por preços mais acessíveis, como também fortalecem os laços comunitários e a economia local (Darolt, Lamine & Brandenburg, 2013).

### 3.4 Desafios estruturais e políticas públicas

Apesar do potencial da agricultura familiar para o combate à insegurança alimentar, diversos desafios estruturais limitam sua expansão e efetividade. Entre estes obstáculos destacam-se a concentração fundiária, o acesso limitado ao crédito e à assistência técnica, as dificuldades logísticas e de comercialização, além da competição desigual com o agronegócio exportador (Ploeg, 2020).

O modelo agroexportador brasileiro, embora contribua significativamente para o superávit da balança comercial, apresenta contradições no que se refere à segurança alimentar nacional. A expansão das monoculturas destinadas à exportação frequentemente ocorre em

detrimento das áreas dedicadas à produção de alimentos para consumo interno, elevando os preços dos alimentos básicos e aumentando a insegurança alimentar entre a população de baixa renda (Maluf & Speranza, 2014).

Além disso, o uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos característico deste modelo produtivo gera impactos ambientais significativos, como contaminação de solos e recursos hídricos, perda de biodiversidade e emissão de gases de efeito estufa, comprometendo a sustentabilidade dos sistemas alimentares a longo prazo (Bombardi, 2017).

Neste contexto, torna-se fundamental repensar as políticas agrícolas e alimentares brasileiras, buscando um maior equilíbrio entre a produção para exportação e o abastecimento do mercado interno. Experiências como o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) representam iniciativas importantes nessa direção, promovendo modelos produtivos mais sustentáveis e alinhados às necessidades alimentares da população brasileira (Sambuichi et al., 2017).

O aprimoramento de programas como o PAA e o PNAE, junto com políticas de redistribuição de renda e reforma agrária, constitui uma estratégia eficaz para combater simultaneamente a insegurança alimentar, a pobreza no meio rural e os efeitos ambientais adversos relacionados ao modelo agrícola dominante (Grisa & Schneider, 2015).

#### 4. Considerações Finais

O estudo da contradição entre a elevada capacidade produtiva do agronegócio brasileiro e a persistência da insegurança alimentar revela que o problema da fome no país diz respeito fundamentalmente às condições de acesso à comida, não à sua existência física. Essa problemática enraizada está intimamente conectada com as disparidades na repartição da riqueza e dos meios de produção, com destaque para a concentração fundiária.

Esta pesquisa revelou que, mesmo sendo um dos maiores produtores globais de alimentos, o Brasil enfrenta níveis preocupantes de insegurança alimentar, que atingem milhões de pessoas no país. Esta contradição não se origina da insuficiência produtiva, mas sim de problemas estruturais relacionados à distribuição de renda e acesso aos alimentos.

Nesse cenário, o fortalecimento da agricultura familiar surge como uma estratégia promissora para combater a insegurança alimentar, ao oferecer diversos benefícios: produção de alimentos variados para o mercado interno, geração de emprego e renda nas áreas rurais, conservação ambiental e valorização das tradições alimentares regionais. A revisão da literatura demonstrou que a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na produção alimentar nacional e representa uma estratégia promissora para o enfrentamento da fome, combinando produção de alimentos, geração de empregos rurais e preservação ambiental.

Contudo, para que esta estratégia seja efetiva, é imprescindível implementar políticas públicas integradas que abordem simultaneamente:

1. O acesso à terra, por meio de programas de reforma agrária e regularização fundiária;
2. O suporte técnico e financeiro aos agricultores familiares, através de linhas de crédito adequadas, assistência técnica e extensão rural;
3. A facilitação da comercialização, com o fortalecimento de circuitos curtos e compras institucionais;
4. A educação alimentar e nutricional, promovendo o consumo de alimentos regionais, sazonais e minimamente processados;
5. A redistribuição de renda, garantindo que todas as famílias possam acessar alimentos adequados e saudáveis.

As experiências bem-sucedidas de programas como o PAA e o PNAE, associadas a iniciativas de circuitos curtos de comercialização, indicam caminhos promissores para a construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis no Brasil.

Estas políticas devem ser desenvolvidas com ampla participação social, respeitando a diversidade cultural e as especificidades territoriais, e orientadas pelos princípios da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada.

Para avançar na construção de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis, é fundamental também repensar o modelo agroexportador dominante, buscando um maior

equilíbrio entre a produção para o mercado externo e o abastecimento interno, entre a eficiência econômica e a justiça social, entre o desenvolvimento agrícola e a preservação ambiental.

O enfrentamento efetivo da insegurança alimentar no país requer uma abordagem multidimensional, que combine políticas de redistribuição de renda, fortalecimento da agricultura familiar, educação alimentar e nutricional, e reorientação do modelo agrícola dominante para um maior equilíbrio entre exportação e abastecimento interno.

Como afirmou Betinho em uma de suas célebres expressões: "quem tem fome tem pressa" (Brito & Baptista, 2021). Esta urgência nos convoca a transformar a indignação frente ao paradoxo da fome em meio à abundância em ação concreta e efetiva, para que o direito à alimentação seja finalmente garantido a todos os brasileiros.

Futuras pesquisas poderiam explorar mais detalhadamente os impactos das políticas recentes de austeridade fiscal sobre a segurança alimentar brasileira, bem como analisar experiências inovadoras de sistemas alimentares alternativos em diferentes contextos regionais.

## 5. Referências Bibliográficas

ASSIS, T. R. P., PRIORI, S. E., & FRANCESCHINI, S. C. C. (2019). O Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de sistemas alimentares locais: o caso de um município de Santa Catarina. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(3), 901-912.

BOMBARDI, L. M. (2017). *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH-USP.

**BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Projeções do Agronegócio: Brasil 2022/23 a 2032/33: projeções de longo prazo.** Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-brasileira-deverachegar-a-390-milhoes-de-toneladas-nos-proximos-dez-anos/ProjeesdoAgronegocio20232033.pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

BRITO, F. R. S. S., & BAPTISTA, T. W. F. (2021). Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(10), e00125021.

CASTRO, J. (1946). *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., & BRANDENBURG, A. (2013). A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, 10(2), 8-13.

FERREIRA, J. C. (2023). Tensões entre inovação aberta e a proteção da propriedade intelectual no Brasil para o desenvolvimento sustentável: estratégias para uma colaboração equilibrada. **Revista Contemporânea**, 3(11), 22913-22928.

GRISA, C., & PORTO, S. I. (2015). Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In C. Grisa & S. Schneider (Orgs.), **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** (pp. 155-180). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GRISA, C., & SCHNEIDER, S. (2015). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 52(1), 125-146.

**IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). Censo Agropecuário a 2017: resultados definitivos.** Rio de Janeiro: IBGE.

JESUS, J. G., & HOFFMANN, R. (2023). Desigualdade, insegurança alimentar e fome no Brasil. **Jornal da USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/desigualdade-inseguranca-alimentar-e-fome-no-brasil/>

MACIEL, M. D. A., TROIAN, A., & OLIVEIRA, S. V. (2022). Brasil do agro, país da fome: pensando estratégias para o desenvolvimento sustentável. **Estudos Avançados**, 31(3), 23-38.

MALUF, R. S., & SPERANZA, J. S. (2014). Volatilidade dos preços internacionais e inflação de alimentos no Brasil: fatores determinantes e repercussões na segurança alimentar e nutricional. **Cadernos de Saúde Pública**, 30(8), 1675-1686.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** ATLAS S.A., São Paulo, ed. 5, 2003.

MONTEIRO, Beatriz Campelo; SOARES, Artemis de Araújo. Soberania alimentar e os impactos da COVID-19 em povos originários: uma visão alimentar do próprio território e os impasses da relação com o mercado. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 4, n. 3, 2023. Disponível em: <https://ime.events/conasc2023/pdf/22400>. Acesso em: 24 maio 2025

MONTI, J., RIBEIRO, L., & PEREIRA, M. (2022). Por que há insegurança alimentar no Brasil, um dos maiores produtores agrícolas do mundo? **Globo Rural**. Disponível em: <https://globorural.globo.com/Noticias/Opinia/Vozes-do-Agro/noticia/2022/05/por-que-ha-inseguranca-alimentar-no-brasil-um-dos-maiores-produtores-agricolas-do-mundo.html>

**ONU, Organização das Nações Unidas. (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York: ONU.

PICCOLOTTO, L. (2022). Brasil produziu comida para 1,6 bilhão, mas 33 milhões passam fome. Como? **Brazil LAB**. Disponível em: <https://brazillab.org.br/noticias/brasil-produziu-comida-para-1-6-bilhao-mas-33-milhoes-passam-fome-como>

PLOEG, J. D. V. D. (2020). From biomedical to politico-economic crisis: the food system in times of Covid-19. **The Journal of Peasant Studies**, 47(5), 944-972.

SAMBUICHI, R. H. R., MOURA, I. F., MATTOS, L. M., ÁVILA, M. L., SPÍNOLA, P. A. C., & SILVA, A. P. M. (2017). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável.** Brasília: IPEA.

SILVA, E. C. P., & MONTEIRO, P. O. (2023). Soberania e segurança alimentar: um recorte da produção científica e jornalística no Brasil no contexto da pandemia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 18(5), 384-405.

VEIGA, J. E. (1996). Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, 13(3), 383-404.

